



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO IAMA

ABRIL DE 2018



ÍNDICE

- I. Introdução
- II. Caraterização Geral do IAMA
- III. Organograma do IAMA
- IV. Identificação dos Responsáveis
- V. Compromisso Ético
- VI. Identificação das áreas e Atividades, dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, das Medidas Adotadas, dos Mecanismos de Controlo Interno e dos Responsáveis.
- VII. Controlo do Plano



I. Introdução

Decorrente das recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção n.º 1/2009 datada de 1 de julho de 2009, e tendo ali sido fixado que os serviços deveriam elaborar um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas – IAMA, consciente de que a corrupção é um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições e que constitui, atualmente, uma das grandes preocupações dos diversos Estados e das organizações de âmbito global, regional e local, apresenta o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se aplica de uma forma geral a todos os membros dos seus órgãos, ao pessoal dirigente e a todos os trabalhadores e colaboradores do IAMA, sendo que a responsabilidade pela sua implementação e avaliação é da Direção do IAMA, bem como do pessoal com funções de dirigente.

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do IAMA observa a recomendação n.º 3/2015, de 1 de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção.

O Plano inicia-se com a caracterização geral e sucinta do IAMA e indicação dos cargos dirigentes e respetivos titulares.

É elaborado um compromisso ético transversal às várias unidades e subunidades orgânicas do IAMA, incluindo a Direção, que estabelece um conjunto de princípios fundamentais de relacionamento.

É estabelecido um quadro com as várias unidades orgânicas do IAMA, indicação das subunidades, conteúdos funcionais com correspondência aos titulares dos cargos de direção superior e intermédios de 1.º grau, e respetivos titulares, bem como contendo informação relativa à identificação dos potenciais riscos de corrupção e infrações conexas, frequência dos mesmos e medidas implementadas ou a implementar de forma a reduzir ou eliminar esse risco.



Finalmente é estabelecida uma metodologia para o controlo e monitorização do Plano tendo em consideração:

- Identificação em cada unidade orgânica dos responsáveis pela implementação do plano e respetivas tarefas
- Elaboração de um relatório anual de execução do plano

É designado como responsável geral pela execução e monitorização do presente Plano, bem como pela elaboração dos correspondentes relatórios anuais, a diretora do Gabinete Técnico.

Em cumprimento do disposto no ponto 5. da Recomendação n.º 3/2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, o presente Plano é publicado no sitio do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas com o seguinte endereço:
www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sraf-iama/



II. Caraterização Geral do IAMA

O Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, abreviadamente designado por IAMA, é um Instituto público regional dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, que exerce a sua atividade no acompanhamento da evolução dos mercados agrícolas ao nível da comercialização e transformação dos produtos agrícolas e pecuários e execução da política regional no âmbito dos regimes de qualidade previstos na regulamentação comunitária, nacional e regional, a gestão da rede regional de abate, e a classificação de leite à produção de forma a assegurar o abastecimento público de acordo com as regras de higiene e segurança alimentar que se encontram em vigor, integrado na Administração Regional, sob tutela da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, exercendo a sua ação em toda a Região.

São atribuições do IAMA, entre outras:

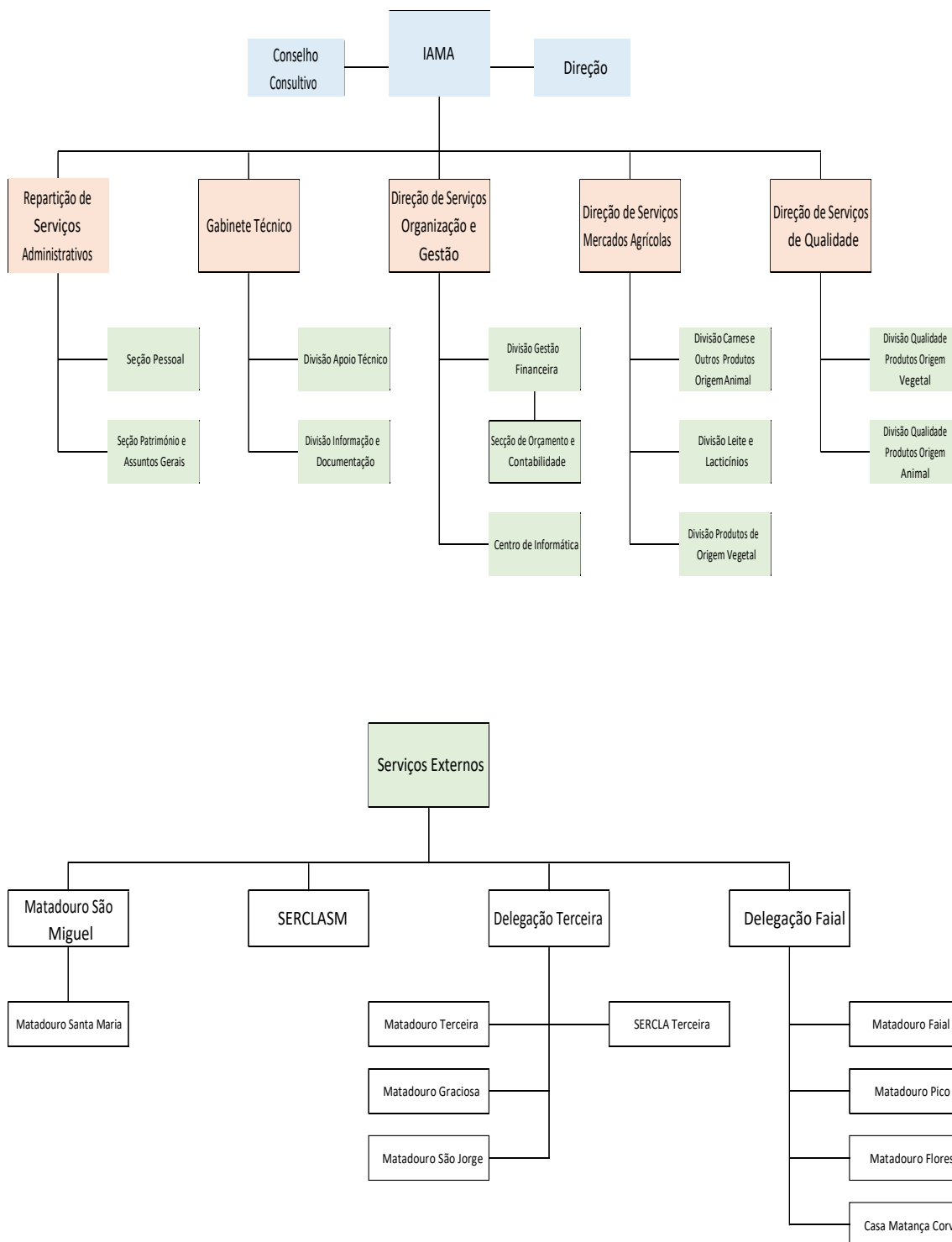
- a) Acompanhar a evolução dos mercados agrícolas e pecuários açorianos até à primeira transformação inclusive;
- b) Orientar, regular e organizar os mesmos mercados mediante a gestão e aplicação dos mecanismos e instrumentos previstos nas organizações de mercado respetivas;
- c) Colaborar com os organismos da administração central que assegurem a aplicação, a nível nacional, de todos os instrumentos de orientação, regularização e organização dos mercados agrícolas previstos nas organizações nacionais e comuns de mercado;
- d) Acompanhar a evolução do quadro legislativo e estatístico regional, nacional e comunitário, sobre as matérias da sua competência, e propor, sempre que necessário, a sua adaptação à Região;
- e) Propor medidas de política económica, tecnológica e industrial relativas à indústria e comércio agroalimentar;
- f) Exercer as funções de tutela da rede regional de abate, centros de classificação de ovos e serviços de classificação de leite;



- g) Colaborar nas ações que se desenvolvam a nível nacional, no domínio das políticas de alimentação e qualidade alimentar, nomeadamente quanto ao estudo e preparação de normativos adequados ao controlo de produtos de alimentação humana e animal integrados em regimes de qualidade;
- h) Promover a qualidade dos produtos agropecuários até à primeira transformação industrial, inclusive, bem como o melhoramento da qualidade dos estabelecimentos industriais;
- i) Gerir os regimes de qualidade previstos na regulamentação comunitária, nacional e regional, aplicável;
- j) Promover a execução e gestão do controlo das ajudas diretas da PAC;
- k) Implementar os regimes de apoio às agroindustriais no âmbito do apoio ao desenvolvimento rural;
- l) Promover a execução e gestão dos controlos do desenvolvimento rural nas áreas que lhe estão atribuídas.



Organograma do IAMA





III. Identificação dos Responsáveis

a) Direção

- Presidente da Direção do IAMA – Dra. Maria Carolina Quental de Medeiros Parreira da Câmara
- Vogal da Direção - Eng.º Luis Nuno da Ponte Neto Viveiros
- Vogal da Direção - Dra. Elisabete do Carmo Pacheco Tavares

b) Gabinete Técnico (GT):

- Diretora de Serviços - Dra. Lurdes de Sá Quental

O GT compreende:

Divisão de Apoio Técnico (DAT) - Vago

Divisão de Informação e Documentação (DID) - Vago

c) Direção de Serviços de Organização e Gestão (DSOG):

Diretora de Serviços – Dra. Catarina Couto

A DSOG compreende:

Divisão de Gestão Financeira (DGF) - Chefe de Divisão - Dra. Ana Paula Paulo.

Centro de Informática (CI) - Chefe de Divisão - Vago

d) Direção de Serviços de Mercados Agrícolas (DISMA):

Diretora de Serviços – Eng.ª Vilma Pereira

A DISMA compreende:

Divisão de Leite e Lacticínios (DLL) - Vago

Divisão de Carnes e Outros Produtos de Origem Animal (DCOPOA) - Vago

Divisão de Produtos de Origem Vegetal (DPOV) - Vago

e) Direção de Serviços de Qualidade (DSQ):

Diretora de Serviços – Eng.ª Adelaide

Mendes A DSQ compreende:

Divisão de Qualidade dos Produtos de Origem Animal (DQPOA) - Chefe de Divisão –

Eng.ª Beatriz Medeiros

Divisão de Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal (DQPOV) - Vago

f) Repartição de Serviços Administrativos (RSA):



A RSA compreende a:

Secção de Pessoal - Coordenadora Técnica - Maria Margarida Rocha

Secção do Património e Assuntos Gerais - Vago

g) Matadouro de S. Miguel

Diretor do Matadouro: Dr. Nuno Moniz Mota

O Matadouro de São Miguel superintende os matadouros existentes nas ilhas de São Miguel e de Santa Maria

h) Serviço de Classificação de Leite da Ilha de São Miguel (SERCLASM)

Diretor do SERCLASM:

Chefe de Divisão - Eng.º Nuno Pereira

i) Delegação do IAMA na Ilha Terceira

Delegado - Eng.º Pedro Correia (Diretor de Serviços)

A Delegação do IAMA na Ilha Terceira superintende o Matadouro das Ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, o SERCLAT - Serviço de Classificação de Leite da Ilha Terceira, que por sua vez engloba os Serviços de Classificação de Leite das Ilhas Graciosa, São Jorge, Pico, Faial Flores e Corvo

Diretor do Matadouro da Terceira – Dr. Pedro Miguel Maia Ávila – Chefe de Divisão

Diretor do SERCLAT – Vago

j) Delegação do IAMA na Ilha do Faial

Delegado: Dr. Manuel Vargas

A Delegação do IAMA na Ilha do Faial superintende os Matadouros das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo

Diretor do Matadouro do Faial - Vago



IV. Compromisso Ético

As relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os funcionários e demais colaboradores do IAMA, assentam num conjunto de princípios e valores cujo conteúdo está subjacente aos princípios fundamentais e éticos da Administração Pública:

- Princípio da Integridade - Os funcionários regem-se segundo os critérios de honestidade pessoal, integridade de carácter, procurando sempre as melhores soluções para o interesse público em detrimento do interesse particular ou do grupo;
- Princípio da Justiça e da Imparcialidade – Os funcionários no exercício da sua atividade devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo os princípios de isenção, neutralidade e objetividade;
- Princípio da Igualdade – Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou social, devendo os mesmos pautar-se sempre pela igualdade no tratamento e não discriminação;
- Princípio da Colaboração e da Boa Fé – Os funcionários devem colaborar com os cidadãos, segundo o Princípio da Boa Fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade;
- Princípios da Lealdade – Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante;
- Princípio da Informação e da Qualidade – Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples e rápida.



- Princípio da Competência e Responsabilidade – Os funcionários agem de forma responsável e competente dedicada e crítica, no respeito absoluto pelo quadro legal vigente e no cumprimento das orientações e das disposições regulamentares, empenhando-se na valorização profissional.



V. Identificação das áreas e Atividades, dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, das Medidas Adotadas, dos Mecanismos de Controlo Interno e dos Responsáveis

Unidade Orgânica	Subunidade e Orgânica	Responsável pela Unidade Orgânica Cargo	Principais Atividades	Riscos Identificados	Frequência do Risco: (- Muito frequente; - Frequente; - Pouco frequente; - Inexistente.)	Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis
Direção		-Presidente -Vogais	No âmbito da orientação e gestão dirigir a atividade do Instituto; elaborar os planos anuais e plurianuais de atividades e assegurar a respetiva execução; acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade desenvolvida, elaborar o relatório de atividades e balanço de atividades; exercer os poderes de direção, gestão e disciplina do pessoal e aprovar os projetos dos regulamentos legalmente previstos e os que sejam necessários ao desempenho das atribuições do instituto. No domínio da gestão financeira e patrimonial compete arrecadar e gerir as receitas e autorizar as despesas; elaborar a conta de gerência; gerir o património e assegurar as condições necessárias ao exercício do controlo financeiro e orçamental pelas entidades legalmente competentes.	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequentes	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuindo funções de controlo interno e auditoria ao Gabinete Técnico • Estabelecimento de plano anual de ações de controlo e auditorias internas às Unidades Orgânicas e ou subunidades 	Presidente: Maria Carolina Quental de medeiros Parreira da Câmara Vogais: Luis Nuno da Ponte Neto Viveiros e Elisabete do Carmo Pacheco Tavares
Gabinete Técnico	Divisão de Apoio Técnico Divisão de Informação e Documentação	Diretora de Serviços	Assegurar a prestação de consultadoria jurídica e apoio legislativo e contencioso à Direção; promover e acompanhar os processos de contratação pública acompanhar os processos em juízo e fora deste, em que o IAMA seja parte interessada; realizar os estudos e propor medidas conducentes a uma eficaz gestão dos recursos humanos existentes no IAMA, promover e coordenar os planos de formação, sob orientação superior, bem como as ações correspondentes, quer internas, quer em cooperação com	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequentes	Ações de controlo e autocontrolo e auditoria	Lurdes Sá Quental



			entidades vocacionadas para o efeito, bem como as ações anuais de controlo interno e auditoria definidas superiormente. Realizar ações de natureza pedagógica, nomeadamente através da emissão de notas informativas e da elaboração de propostas de orientações, no âmbito da respetiva atividade				
Direção de Serviços de Organização e Gestão	Divisão de Gestão Financeira Centro de Informática	Diretora de Serviços	Com competência nas áreas de organização, gestão orçamental, elaboração de documentos de prestação de contas, processamento da contabilidade e gestão do património, assiste tecnicamente à Direção, fornecendo-lhe análises e informações e habilitando-o com os demais instrumentos necessários à definição, coordenação e execução das atividades do IAMA, recolhe os elementos referentes a receitas e despesas para elaboração dos orçamentos ordinários e suplementares, controla a execução orçamental, assegura o expediente necessário à arrecadação das receitas, às requisições dos fundos consignados ao IAMA no ORAA e às transferências de verbas orçamentais, prepara os elementos referentes ao controlo orçamental e os necessários à organização da conta anual de gerência, assegura o processamento das receitas e despesas, bem como o respetivo controlo orçamental. O Centro de Informática apoia todo o IAMA no âmbito da informatização dos serviços	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequentes	Ações de controlo e autocontrolo.	Catarina Freitas
Direção de Serviços de Mercados Agrícolas	Divisão de Leite e Lacticínios Divisão de Carnes e Outros Produtos de Origem Animal. Divisão de Produtos de Origem Vegetal	Diretora de Serviços	Com competência nas áreas de coordenação, planeamento e implementação das operações de verificação e controlo das condições de concessão de ajudas e prémios nacionais e comunitários aplicáveis no sector agropecuário, assegurando a representação regional nos órgãos de gestão e nos grupos de trabalho nacionais das OCMs dos produtos de origem vegetal e animal, a coordenação entre as entidades envolvidas e prémios atribuídos no sector agropecuário, que os serviços de ilha do IAMA executem as atividades necessárias à prossecução das atribuições e competências da Direção	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequentes	Ações de controlo e autocontrolo	Vilma Pereira



Direção de Serviços de Qualidade e	Divisão de Qualidade dos Produtos de Origem Animal Divisão de Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal	Diretora de Serviços	Promover a adaptação e implementação das políticas de qualidade alimentar, nomeadamente no âmbito da criação de normas e da promoção e controlo de produtos agroalimentares, propor, adaptar e acompanhar na RAA as medidas de aplicação e os sistemas de gestão da proteção das denominações de origem, das indicações geográficas e dos certificados de especificidade e ainda do modo de produção biológico, coordenar, planear e implementar as ações de controlo físico e documental conducente à certificação de produtos agrícolas e géneros alimentícios registados como denominação de origem, indicação geográfica e dos certificados de especificidade, efetuar a recolha, tratamento e difusão periódica das cotações dos produtos agropecuários e outros previamente selecionados, efetuar a compilação, divulgação e registo estatístico anual dos resultados da atividade produtiva e comercial do sector agrícola, promover a adaptação à Região e assegurar a execução dos regimes comunitários de apoio ao investimento, destinados a melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas, através da sua promoção, produção, transformação e comercialização;	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequentes	Ações de controlo e autocontrolo	Adelaide Mendes
Repartição de Serviços Administrativos		Coordenador a Técnica	Compete organizar e manter atualizado o cadastro e registo biográfico do pessoal afeto ao IAMA; executar as ações necessárias à organização e instrução dos processos referentes às várias fases e aspetos da vida profissional do pessoal; emitir certidões e outros documentos; assegurar os procedimentos necessários a garantir a assiduidade, efetividade, segurança e benefícios sociais do pessoal	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequentes	Ações de controlo e autocontrolo	Maria Rocha Margarida
Matadouro de S. Miguel		Diretor do Matadouro equiparado a subdiretor regional	O matadouro de São Miguel é o serviço executivo periférico responsável pela direção e coordenação das infraestruturas regionais de abate existentes nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria competindo definir os objetivos e linhas gerais de atuação para o MSM e de Santa Maria, com observância dos	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequentes	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de um sistema informatizado de gestão comercial integrada dos matadouros da rede regional de bate. Ações de controlo e autocontrolo 	Nuno Mota



			planos estabelecidos pelo IAMA e pelo departamento do Governo da tutela, assegurar a gestão integrada dos respetivos recursos financeiros, com respeito pelas indicações superiores, elaborar e propor à Direção do IAMA os planos e respetivos orçamentos e os relatórios de atividades, bem como o plano de gestão provisional de pessoal para o MSM e Matadouro de Santa Maria, e o correspondente plano de formação, elaborar e propor à Direção do IAMA medidas sobre a coordenação e articulação entre serviços, gerir os meios humanos e materiais afetos ao MS e de Santa Maria, desenvolver as ações necessárias ao cumprimento das normas sobre condições ambientais de segurança, higiene e segurança no trabalho e assegurar o cumprimento das normas relativas ao bem-estar animal, transporte de animais e condições higiosanitárias de funcionamento das unidades de abate, preparação, tratamento e armazenamento de produtos frescos de origem animal e respetivos subprodutos				
Serviço de Classificação de Leite de São Miguel		Diretor do SERCLASM equiparado a Chefe de Divisão	Compete exercer todas as atividades relacionadas com a classificação de leite ao produtor com base na sua qualidade higiénica e composição, designadamente colher amostras individuais nos locais e nas condições superiormente definidas, executar nas amostras recolhidas todas as provas laboratoriais de acordo com a legislação em vigor e elaborar periodicamente as listas de classificação, dar conhecimento dos resultados às entidades competentes e aos produtores, propor à Direção do IAMA as ações e medidas consideradas pertinentes ao bom funcionamento e desempenho da Divisão e elaborar e divulgar documentos de informação aos produtores	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequente	Segregação de funções com a implementação de um sistema informatizado de recolha e tratamento de amostras	Nuno Pereira
Delegação da Ilha Terceira	Secção Administrativa Serviço de Classificação	Delegado equiparado a Diretor de Serviços	À Delegação compete assegurar, nas ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa a execução das atividades necessárias à prossecução das atribuições e competências do IAMA	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequente	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de um sistema informatizado de gestão comercial integrada dos matadouros da rede regional de bate. 	Pedro Correia



	o de Leite da Ilha Terceira		Serviço de Classificação de Leite da Ilha Terceira estende a sua atividade às ilhas Terceira, Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa, Flores e Corvo			<ul style="list-style-type: none">• Ações de controlo e autocontrolo• Segregação de funções com a implementação de um sistema informatizado de recolha e tratamento de amostras	
Delegação da Ilha do Faial	Secção Administrativa	Delegado equiparado a Diretor de Serviços	À Delegação compete assegurar, nas ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa a execução das atividades necessárias à prossecução das atribuições e competências do IAMA	Área de improváveis riscos de corrupção e de infrações conexas	Pouco frequentes	<ul style="list-style-type: none">• Utilização de um sistema informatizado de gestão comercial integrada dos matadouros da rede regional de bate.• Ações de controlo e autocontrolo• Segregação de funções com a implementação de um sistema informatizado de recolha e tratamento de amostras	Manuel Fernando Vargas



VI. Controlo do Plano

O controlo e monitorização do Plano tendo em consideração cada unidade orgânica, cabe aos respetivos responsáveis e deverá refletir os sistemas de controlo implementados ou melhorias dos já existentes, nomeadamente provendo com regularidade auditorias e ações de controlo interno.

Deverá ser evidenciada a promoção de uma cultura de legalidade, clareza e transparência nos procedimentos, de responsabilização e de observação estrita das regras éticas e deontológicas resultantes do compromisso ético estabelecido, assegurando-se que os trabalhadores estão conscientes das suas obrigações, nomeadamente no que se refere à obrigatoriedade de denúncia de situações de corrupção ou de infrações conexas, bem como o acesso público e tempestivo a informação correta e completa.

A avaliação do Plano constará de um relatório anual de execução do mesmo.



ANEXO

A. Como se pode manifestar a corrupção.

Comum a todas as disposições legais está o princípio de que não devem existir quaisquer vantagens indevidas ou mesmo a mera promessa dessas para o assumir de um determinado comportamento, seja ele ilícito ou através de uma ação ou de uma omissão.

Por exemplo o trabalhador nomeado ou com contrato de trabalho em funções públicas, que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão contrários aos deveres do cargo, pratica um crime de corrupção passiva ou ato ilícito.

No mesmo sentido o trabalhador nomeado ou com contrato de trabalho em funções públicas, que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão não contrários aos deveres do cargo, pratica um crime de corrupção passiva ou ato ilícito.

Qualquer pessoa, que por si, ou por interposta, der ou prometer a trabalhador nomeado ou com contrato de trabalho em funções públicas, ou a terceiro, com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que a este não seja devida, quer pela prática de um ato lícito ou ilícito, pratica um crime de corrupção ativa.

De igual modo, quem por si, ou por interposta, der ou prometer a trabalhador nomeado ou com contrato de trabalho em funções públicas, ou a titular de cargo político, nacional ou estrangeiro, ou a terceiro, com conhecimento daqueles, vantagem patrimonial ou não patrimonial para obter ou conservar um negócio, um contrato ou outra vantagem indevida no comércio internacional, pratica o crime de corrupção com prejuízo do comércio internacional.



B. Como se podem manifestar as infrações conexas

Muito próximo da corrupção existem outros crimes igualmente prejudiciais ao bom funcionamento das instituições e dos mercados, como seja o suborno, peculato, abuso de poder, concussão, tráfico de influências, participação económica em negócio e abuso de poder, sendo comum a todos estes crimes a obtenção de uma vantagem não devida.

- a) Abuso de poder - Comportamento de um trabalhador nomeado ou com contrato de trabalho em funções públicas, que abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiros, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa.
- b) Peculato - Comportamento de um trabalhador nomeado ou com contrato de trabalho em funções públicas, que ilegítimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer outra coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções.
- c) Participação económica em negócio - Comportamento de um trabalhador nomeado ou com contrato de trabalho em funções públicas, que, com intenção de obter para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar.
- d) Concussão – Conduta de um trabalhador nomeado ou com contrato de trabalho em funções públicas, que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que não lhe seja devida, ou seja superior



à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.

- e) Tráfego de influências – Comportamento de quem por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública.
- f) Suborno – Pratica um ato de suborno quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial a prestar falso depoimento ou declaração em processo judicial, ou a prestar falso testemunho, perícia, interpretação ou tradução, sem que estes venham a ser cometidos.

C. Com o objetivo de promover a existência de situações de maior transparência, devem os serviços e os trabalhadores adotar as seguintes medidas/comportamentos:

1. **Implementar/Melhorar** os sistemas de controlo interno, nomeadamente promover com regularidade auditorias aos seus departamentos.
2. **Promover**, entre os seus trabalhadores, uma cultura de responsabilidade e de observação estrita de regras éticas e deontológicas.
3. **Assegurar** que os trabalhadores estejam conscientes das suas obrigações, nomeadamente no que diz respeito à obrigatoriedade de denúncia de situações de corrupção.
4. **Promover** uma cultura de legalidade, clareza e transparência nos procedimentos, nomeadamente no que se refere à admissão de trabalhadores e contratação pública.
5. **Promover** o acesso público e tempestivo a informação correta e completa



D. Os trabalhadores do IAMA devem:

- 1. Atuar** respeitando as regras deontológicas inerentes às funções respetivas;
- 2. Agir** sempre com isenção e em conformidade com a Lei;
- 3. Atuar** de forma a reforçar a confiança dos cidadãos na integridade, imparcial e eficácia dos poderes públicos;
- 4. Não devem usar** a sua posição e os recursos públicos em seu benefício;
- 5. Não devem tirar partido** da sua posição para servir interesses individuais, evitando que os seus interesses privados colidem com as suas funções públicas;
- 6. Não devem solicitar ou aceitar** qualquer vantagem não devida, para si ou para terceiros, como contrapartida do exercício das suas funções (caso de ofertas/presentes).